

Quando a Memória é Política: O IMOPEC e as Vozes Silenciadas do Ceará (1992 – 2015)

When Memory Is Political: IMOPEC and the Silenced Voices of Ceará (1992–2015)

José Ítalo dos Santos Nascimento

Mestrando em História

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

nascimento.joseitalos@gmail.com

Leidiane Francelina Batista

Mestranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

lelecatista14@gmail.com

Cícero Joaquim dos Santos

Professor Adjunto

Universidade Regional do Cariri (URCA)

joaquim.santos@urca.br

Recebido: 07/08/2025

Aprovado: 23/11/2025

Resumo: Este trabalho analisa a dimensão educativa das produções do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) no período de 1992 a 2015, com ênfase nas edições do “Boletim Raízes”, veículo central de circulação de saberes promovido pelo instituto. A pesquisa investiga as representações de povos indígenas, negros e quilombolas nessas publicações, com foco nos aspectos educativos e políticos dessas narrativas. Busca-se compreender de que forma o IMOPEC contribuiu para a preservação da memória desses grupos, o fortalecimento de seus movimentos sociais e a disseminação de seus saberes e demandas em contextos de marginalização. O estudo reconhece o instituto como agente articulador entre memória social, resistência cultural e práticas educativas, valorizando epistemologias historicamente silenciadas. A análise apoia-se nos conceitos de memória de Pierre Nora (1993) e em outros autores que discutem a construção de memórias coletivas. Metodologicamente, adota-se o paradigma indiciário, conforme proposto por Carlo Ginzburg (1989), que permite a reconstrução de sentidos a partir de vestígios e indícios presentes nas fontes documentais.

Palavras-chave: Memória; IMOPEC; movimentos sociais.

Abstract: This study analyzes the educational dimension of the publications produced by the Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) between 1992 and 2015, with emphasis on the editions of

the *Boletim Raízes*, the main medium for the dissemination of knowledge promoted by the institute. The research investigates the representations of Indigenous peoples, Black communities, and Quilombola groups within these publications, focusing on the educational and political aspects of these narratives. It aims to understand how IMOPEC contributed to the preservation of the memory of these groups, the strengthening of their social movements, and the dissemination of their knowledge and demands within contexts of marginalization. The study recognizes the institute as an agent articulating social memory, cultural resistance, and educational practices, valuing epistemologies that have historically been silenced. The analysis draws on Pierre Nora's concept of memory and other scholars who explore the construction of collective memories. Methodologically, it adopts the evidential paradigm proposed by Carlo Ginzburg (1989), which allows for the reconstruction of meaning through traces and clues found in documentary sources.

Keywords: Memory; IMOPEC; Social movements.

Introdução

Este artigo é resultado de um projeto de Iniciação Científica desenvolvido no ano de 2023, intitulado “Ceará indígena, negro e quilombola: memória e movimento social nas publicações do IMOPEC (1988–2015)”, sob a orientação do professor Cícero Joaquim dos Santos¹. Além do mais, o projeto contou com o financiamento da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (PRPGP/URCA), através do Programa de Iniciação Científica mediante disponibilidade orçamentária da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

A pesquisa teve como objetivo analisar as publicações do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)², com foco nas representações de povos indígenas, negros e quilombolas, destacando as dimensões educativas e políticas presentes nas produções do instituto. O estudo buscou compreender de que forma o IMOPEC contribuiu para a valorização da memória desses grupos e para a articulação de movimentos sociais no Ceará no período entre 1988 e 2015.

Para a realização desta pesquisa, delimitou-se como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1992 e 2015. Esse intervalo corresponde ao lançamento da primeira edição do “Boletim Raízes” e da “Revista Propostas Alternativas”, publicações do IMOPEC que constituem as

¹ Cícero Joaquim dos Santos é professor do Núcleo de Prática de Ensino do Departamento de História da URCA, atuando nos programas ProffHistória e PMPEDU. Possui doutorado em História pela UFC e pós-doutorado pela UNIRIO (PDJ/CNPq). É líder do NHISTAL (URCA/CNPq), vice-líder do Grupo Imagens da Morte (UNIRIO/CNPq) e pesquisador dos grupos NEGRER (URCA/CNPq) e Memórias no Plural (UVA/CNPq).

² Doravante mencionado IMOPEC.

principais fontes analisadas na pesquisa. O ano de 2015 marca a última edição disponível desses periódicos, servindo, portanto, como marco final do corpus documental. A escolha desse recorte permite observar a atuação do IMOPEC ao longo de mais de duas décadas, evidenciando como suas produções se inserem nos debates sobre memória, identidade e mobilização de povos negros, indígenas e quilombolas no Ceará contemporâneo.

Dessa maneira, optamos por trazer a categoria memória na perspectiva de Pierre Nora, pois a anamnese “é a vida sempre carregada por grupos vivos (...) emerge de um grupo que ela une” (1993, p.9). A memória é o fenômeno que está nesse eterno presente. Assim, trazer o Instituto e a Revista Raízes à luz da análise histórica significa perceber as construções de memórias do e sobre o passado, e suas articulações temporais.

O Boletim Raízes teve seu primeiro número lançado em 1992 (Soares, 2005). Foi concebido como um instrumento de difusão de conhecimentos sobre o Ceará e os cearenses, funcionando como uma alternativa de produção e comunicação de saberes frente aos processos de exclusão e dominação vivenciados por sujeitos e grupos marginalizados no passado, bem como por aqueles oprimidos e/ou silenciados no presente.

O IMOPEC foi uma organização não governamental fundada na cidade de Fortaleza/CE, em 1987 (Santos, 2013). Inserido no contexto do processo de redemocratização, ele se apresentou como uma “voz denunciante”, conforme autodeclaração da própria instituição (IMOPEC, 2015). Com o intuito de divulgar suas produções e reivindicações, o instituto criou o “Raízes” como um jornal de acesso amplo, com linguagem acessível a diversos públicos. Suas matérias apresentavam informações e produções científicas alinhadas a uma postura política voltada à superação das desigualdades sociais, da pobreza e de outras mazelas presentes no cotidiano cearense (Sales, 2018; Soares, 2005).

Em 1992, o IMOPEC criou também a Revista Propostas Alternativas como mais um canal de difusão de saberes críticos produzidos por seus membros e intelectuais convidados, sendo eles professores, pesquisadores, estudantes, militantes e lideranças comunitárias que possuíam sintonia com os propósitos e as ações do instituto. Importantes canais de reflexão sobre o Ceará, o Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas se tornaram os principais instrumentos de propagação das críticas e propostas do IMOPEC, bem como um material educativo usado na formação de grupos e líderes comunitários das diversas regiões do Ceará. O IMOPEC funcionou até o ano de 2015, quando

publicou o último número do Boletim Raízes, intitulado “A memória e seu lugar: os fazeres do IMOPEC”. Este foi dedicado à memória das suas ações.

O Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas constituem as principais fontes desta pesquisa. Em diversas edições, como as de 1997 (nº 22), 1998 (nº 25) e 2002 (nº 38), a população negra, quilombola e indígena do Ceará aparecem em destaque, com menções aos povos Tremembé e às suas lutas territoriais, bem como a comunidades como Jaguaribara e Conceição dos Caetanos, que se tornaram objeto de reflexão. Esses materiais registram suas trajetórias de resistência, suas demandas sociais nos processos de afirmação étnica e aspectos do cotidiano e das práticas culturais desses grupos. Assim, temas como memória, identidade e movimentos sociais aparecem de forma recorrente ao longo dessas publicações.

Nas páginas das publicações, a memória aparece como uma construção social, individual e coletiva, marcada pelas dimensões das subjetividades, vivências e das relações de poder que tentam estabelecer o que deve ser lembrado e/ou esquecido. Logo, ela apresenta relação direta com a construção da identidade social e transformações políticas. Ademais, o tripé, memória, identidade e movimento social constitui a base que fundamentou e deu sustentação às ações do Instituto.

Desde as primeiras publicações do IMOPEC, as questões étnicas e culturais das populações negra, quilombola e indígena cearenses foram retratadas, uma vez que o instituto surgiu dos movimentos sociais (Sales, 2018; Santos, 2019). Logo, os processos de afirmação étnica foram cruciais para o IMOPEC, não apenas como um objeto de publicação. O instituto foi um sujeito ativo nas lutas, participando dos processos de afirmação étnica e reivindicações de direitos sociais, culturais, políticos, enfim, humanos.

Desse modo, busca-se dialogar com intelectuais que estão presentes nesse debate sobre memória, movimentos sociais e meios de circulação do saber, assim como, formas de reafirmar presenças que são constantemente silenciadas por uma hegemonia elitista. Para discutir os modos de subalternização da memória desses povos, a proposta foi dialogar com Sylvia Porto Alegre (1993) que lança críticas ao conceito de aculturação e processos de negação étnica. Em seguida, a proposta também é fazer interlocução com Michael Pollak (1989) no sentido de entender a dinâmica de memórias “subterrâneas e oficiais”. Essa perspectiva também é ancorada em de Pierre Nora, pois a

anamnese “é a vida sempre carregada por grupos vivos (...) emerge de um grupo que ela une” (1993, p.9).

Portanto, também é fundamental destacar as atividades desenvolvidas ao longo do período de iniciação científica, realizadas no ano de 2023. Todo o acervo utilizado esteve disponível no Laboratório de Pesquisas em História Cultural (LAPEHC), vinculado ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri. Durante esse período, foram realizadas ações de leitura, catalogação, escaneamento, higienização e organização do acervo estudando, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), com o objetivo de garantir a segurança e a preservação da documentação. Ressalta-se, ainda, a adoção do paradigma indiciário, conforme proposto por Carlo Ginzburg (1989), como orientação metodológica para a análise documental e para a construção de sentidos a partir das fontes históricas “O paradigma indiciário baseia-se numa forma de raciocínio semiológico: parte de dados aparentemente marginais, que escapam à observação superficial, para chegar a conclusões mais amplas” (Ginzburg, 1989, p. 153).

O Protagonismo Indígena Frente às Demandas Sociais

O Boletim Raízes possui um total de 64 edições, entre as quais algumas tratam diretamente da temática indígena. Dentre essas edições, destacam-se: a primeira, intitulada “500 anos da América”; a quinta, “Povos Indígenas do Ceará”; a sexta, “Negros e Índios no Ceará”; a sétima, “Luta pela Terra no Ceará”; a décima nona, “Uma Proposta de Resistência”; e a trigésima oitava, “Índios Afirmam sua Existência”. Essas publicações são especialmente relevantes para a análise da presença e representação dos povos indígenas na produção editorial do IMOPEC, uma vez que nelas se evidenciam não apenas aspectos simbólicos e identitários, mas também práticas de mobilização, ações políticas, reivindicações por direitos e formas diversas de atuação coletiva desses povos no contexto cearense.

A presença indígena articulada às lutas mais amplas dos movimentos sociais está em convergência com reivindicações por direitos, especialmente diante das recorrentes invasões de territórios tradicionais por complexos industriais. A edição de número 19, por exemplo, evidencia esse aspecto ao afirmar que, desde o século XVI até o século XXI, os povos indígenas no Brasil vêm sofrendo com processos contínuos de expropriação territorial. Tal edição destaca, ainda, a atuação dos povos indígenas do Ceará frente ao avanço do olhar mercantil das grandes corporações, revelando

como essas populações têm se articulado politicamente por meio de movimentos sociais e articulação de lideranças indígenas. Essas lideranças, por sua vez, emergem também como intelectuais que participam ativamente das disputas narrativas e políticas em torno dos direitos territoriais.

É relevante observar que algumas edições do Boletim Raízes abordam de forma recorrente a temática da luta pela água, evidenciando a centralidade desse elemento para os povos indígenas. Tal relevância não se restringe à sua dimensão material, ligada ao acesso, uso e controle dos recursos hídricos, mas também abrange aspectos simbólicos, espirituais e cosmológicos, fundamentais para a compreensão das relações que esses povos estabelecem com o território. Destacam-se, nesse sentido, as edições de número 19, intitulada “Uma Proposta de Resistência”; 44, “Água, um Bem Público”; e 57, “Mobilização Popular em Defesa do São Francisco”. Nessas publicações, a água é compreendida como um bem coletivo e um elemento sagrado, cuja defesa mobiliza diferentes sujeitos sociais. Um aspecto de grande importância é a presença da liderança indígena feminina Soraya Vanini Tupinambá³, que assina alguns dos textos, conclamando seus parentes à resistência e à luta por direitos.

A luta em torno da água⁴, conforme apresentado em diversas edições do Boletim Raízes, revela-se como uma tentativa de conter o avanço das grandes corporações sobre os recursos hídricos, evitando não apenas sua apropriação indevida, mas também sua consequente contaminação. Nesse contexto, destaca-se o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado no litoral oeste do Ceará, entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Criado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico regional por meio da instalação de grandes indústrias e da intensificação das exportações, o complexo tem sido apontado por movimentos sociais e comunidades tradicionais como um dos principais agentes de pressão sobre os territórios indígenas e os recursos naturais, especialmente no que se refere à exploração e à degradação das águas.

³ Tem experiência em Meio Ambiente em diversos aspectos relacionados a esta área tais como: Gestão da água, Gestão da Zona Costeira, Uso e Ocupação do solo, Populações Tradicionais, Populações indígenas, Educação Ambiental, Gestão Pesqueira, Conflitos socioambientais e agrotóxicos. Integra o Núcleo TRAMAS - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, que desenvolve projetos de pesquisa sobre conflitos socioambientais em curso no Ceará, tais como: industrialização, carcinicultura, indústria calçadista e agrotóxicos, todos apoiados pelo CNPq.

⁴ Além disso, é relevante mencionar novamente a edição número 39, que trata especificamente da presença negra no Ceará, com ênfase na reafirmação identitária e nas demandas sociais da comunidade quilombola de Conceição dos Caetanos. Essas edições evidenciam como o Boletim Raízes se constitui como espaço de visibilização de vozes historicamente marginalizadas, articulando suas lutas em torno da terra, da água e da memória.

Povos como os Anacé, Tapeba e Jenipapo Kanindé são as principais vítimas dessa apropriação, que parte de iniciativas privadas, promovendo a desterritorialização desses povos. Tais iniciativas, voltadas à expansão industrial e logística, têm gerado impactos profundos sobre os territórios tradicionalmente ocupados por esses grupos, resultando em processos de desterritorialização, deslocamento forçado, perda de acesso a recursos hídricos e degradação ambiental. Além dos danos materiais, essas ações comprometem práticas culturais, espirituais e modos de vida ancestrais, configurando-se como formas contemporâneas de violência estrutural e apagamento de direitos coletivos.

Para resistir a estas invasões, no dia 9 de fevereiro de 1997 o Fórum do Litoral que representava as comunidades do território cearense e em especial de Fortaleza, enviou correspondências ao Banco Mundial, denunciando os graves prejuízos da natureza socioambiental causada pela construção do complexo que também está destruindo as formas de sobrevivência dessas comunidades, como os mangues, dunas, lagoas e rios subterrâneos. Esse cenário que se formou no Ceará fez com que os povos atingidos se organizassem para resistir, contexto que gerou manifestações e articulações nas quais o IMOPEC esteve presente, através de suas publicações, demonstrando o prejuízo que as comunidades originárias estavam sofrendo.

Esse cenário também se manifesta em contextos mais específicos. Retomando o foco da análise, a edição de número 44, particularmente relevante por relatar uma vistoria realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 39 fazendas de criação de camarão no Ceará, das quais mais de 90% foram classificadas como irregulares. Realidade que afeta diretamente a vida, principalmente das comunidades que vivem em torno dos rios “Os impactos negativos podem ser de curto ou longo prazo, envolvendo o desequilíbrio ecológico, a contaminação ambiental, surtos de doenças, entre outros (Paul & Vogl, 2011 apud Ribeiro; Souza; Barros; Hatje, 2014, p.373)”.

A publicação ainda ressalta um trecho revelador: “eles não imaginam que foi a presença daquela comunidade ali que gerou aquele ambiente ainda preservado”. Tal afirmação aponta para o papel fundamental das comunidades tradicionais, incluindo as indígenas, na preservação dos ecossistemas locais. É evidente que essa condição permite compreender os interesses em disputa: enquanto as populações indígenas lutam pela preservação de seus territórios e modos de vida, com base em uma

relação simbólica, espiritual e sustentável com as águas, grandes corporações visam à exploração econômica dos recursos naturais, muitas vezes em detrimento da integridade ambiental e dos direitos coletivos.

Nas narrativas construídas ao longo das publicações do IMOPEC, observa-se uma constante reivindicação de visibilidade, superação das desigualdades sociais e efetivação de direitos para as populações indígenas, negras e quilombolas do Ceará. As referências à memória social, à valorização das identidades coletivas e às trajetórias de resistência aparecem de forma recorrente, especialmente no Boletim Raízes, em que são destacadas as ações, práticas culturais e mobilizações dessas comunidades. No caso dos povos indígenas, essas temáticas também ganham espaço nos textos acadêmicos da Revista Propostas Alternativas, evidenciando o compromisso do Instituto com a divulgação de experiências de luta, organização política e enfrentamento às violações de direitos. O ato de dar visibilidade à luta dos povos Indígenas é uma proposta alternativa de comunicar para visibilizar povos que foram silenciados durante diversas situações sociais no tempo.

No ano de 2002, o Boletim Raízes lançou sua publicação de número 38, dando destaque para a participação do professor Edson Hely Silva⁵. Essa edição levou em consideração a questão do silenciamento e projetou colocações de protagonismos dos povos indígenas no Ceará, lançando escutas (e leituras) às vozes das memórias subterrâneas de então, na contramão dos discursos oficiais.

⁵ Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP, com pós-doutorados pela UFRJ (2013) e UFC (2020). Atua no PROFHISTÓRIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE. É membro do Lapespih (UFRPE) e atual coordenador do GT “Os Indígenas na História” da ANPUH-PE. Foi coordenador nacional do mesmo GT (2017–2019) e lecionou no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFPE/Caruaru.

Imagem 01: Boletim Raízes número 38 de 2002



Fonte: Laboratório de Pesquisa em História Cultural – LAPEHC

A participação desses professores buscou evidenciar a história, a presença e as perspectivas dos povos indígenas no Ceará, valorizando suas narrativas próprias e suas formas de resistência. Nesse contexto, o IMOPEC se destacou por revelar, por meio de suas publicações, a atuação ativa dos povos indígenas frente às políticas estatais de assimilação e tutela. Em oposição às interpretações hegemônicas que reduziam a trajetória indígena à passividade e ao desaparecimento, o IMOPEC apresentava esses grupos como sujeitos históricos que contestavam e reconfiguravam tais imposições. Nesse sentido, Porto Alegre (1998) chama atenção para a maneira como os povos indígenas são colocados em uma linha evolutiva simplista e excludente: “somos induzidos a ver o lugar dos índios na história de forma linear: contato, aculturação, assimilação; conquista, extermínio, extinção, desorganização tribal, dispersão, desaparecimento” (Alegre, 1998, p. 16). A atuação do IMOPEC, portanto, contribui para romper com essa narrativa linear e silenciadora, ao afirmar a continuidade, a agência e a vitalidade dos povos indígenas cearenses.

As reflexões de Michael Pollak se alinham a essa perspectiva ao problematizar a relação entre memória, poder e silenciamento. Para o autor, as memórias sociais não se constituem de forma neutra

ou espontânea; ao contrário, são atravessadas por relações de força, nas quais determinados grupos, geralmente as elites sociais e políticas, estabelecem os critérios do que deve ser lembrado e consagrado como memória oficial. Em contraste, outras experiências, saberes e narrativas acabam relegadas ao esquecimento ou circulam de maneira marginal, configurando o que Pollak denomina “memórias subterrâneas”.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil (Pollack, 1998, p.3).

Nesse contexto, o autor analisa as disputas em torno da memória, destacando como o Estado dominante tende a se sobrepor às memórias subalternas por meio do exercício do poder. Ao estabelecer uma interlocução com as experiências das comunidades indígenas, observa-se que essas relações são marcadas por processos de silenciamento e assimilação cultural, conforme aponta a professora Sylvia Porto Alegre.

Negrada Negada

Esse processo de apagamento identitário manifestou-se cotidianamente, especialmente nas escolas e em diversos espaços sociais, onde era comum a negação da identidade negra, com indivíduos autodeclarando-se como pardos. Henrique Cunha Jr. (2001), ao abordar a questão dos espaços escolares, evidencia as dificuldades históricas enfrentadas para a criação de instituições destinadas à população preta e parda. O autor relata o caso do professor Pretextato, que apresentou ao Ministério Público uma petição com o objetivo de fundar uma escola para pessoas negras. Tal episódio evidencia as tensões em torno da negação da identidade racial no ambiente escolar, cujos reflexos se estendem para os movimentos sociais contemporâneos. Cunha Jr. problematiza, assim, os mecanismos de exclusão e silenciamento presentes nas práticas institucionais.

Nutridas por um pensamento de base universalista as alegações contrárias às nossas reivindicações foram sempre problematizadas num campo da igualdade de oportunidades de todos e da negação de existências de sistemas de inclusão controlada e diferenciada. (Cunha Jr., 2001, p.5).

A negação das diversidades históricas e culturais é o que motiva a necessidade de visibilizar populações sistematicamente colocadas à margem da sociedade. Nesse contexto, destaca-se a atuação do IMOPEC, cuja trajetória foi marcada pela defesa dos direitos humanos e pelo enfrentamento das

desigualdades sociais. O instituto fez da memória um instrumento político de transformação social. Como parte de sua estratégia de ação e difusão de saberes, criou o “Boletim Raízes e a Revista Propostas Alternativas”. O periódico foi estabelecido para promover a divulgação de conteúdos sobre o Ceará e sua gente. Ele operou como um polo de produção e circulação de saberes que desafiava os mecanismos históricos de exclusão, dominação e silenciamento impostos a grupos e indivíduos marginalizados (IMOPEC, 2015).

Dentro desse período, destacamos o papel do movimento negro que estava em evidência e trazendo para o campo de debates a questão da educação. Cunha Jr. Salienta que:

Os movimentos negros da década de 1970 foram fomentadores de uma preocupação particular sobre problemática da educação e das relações interétnicas. A partir destes movimentos sociais. Surge uma geração de educadores e pesquisadores trabalhando as temáticas dos afrodescendentes nos sistemas de produção e transmissão da cultura. (2001, p.6).

No âmbito desse debate, destaca-se a relevância atribuída às discussões sobre africanidades, conforme abordado pelo autor em questão. A revista analisada comprometida com a difusão de saberes e a valorização das identidades historicamente marginalizadas, propagou o “Raízes” como um jornal de ampla circulação e linguagem acessível, voltado a diferentes públicos. Suas matérias articulavam informações e produções científicas com uma postura política voltada à superação das desigualdades sociais, da pobreza e de outras mazelas presentes no cotidiano cearense (Sales, 2018; Soares, 2005).

Entre os anos de 1992 e 2014, o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC) publicou 17 edições do Boletim Raízes, cada uma com uma média de seis artigos. As edições eram organizadas em torno de temas centrais, a partir dos quais os textos se desenvolviam. Entre os conteúdos abordados, destacam-se reflexões sobre as comunidades negras cearenses e os processos de afirmação étnica da população afrodescendente (Soares, 2013).

Na edição de número 25, o Raízes registra a realização do I Encontro de Comunidades Negras no Sertão do Ceará, reunindo grupos como Bastiões, Conceição dos Caetanos, Água Preta, Lagoa do Ramo, Goiabeiras e Buritizal. O encontro teve um caráter afirmativo, ao reivindicar a presença e a identidade negra em uma região marcada historicamente pela negação dessa existência. O fragmento publicado menciona, ainda, a atuação da PAN (Projeto Agrupamentos Negros) e do Movimento

Negro de Tauá e Quixeramobim, ambos com o apoio do IMOPEC, evidenciando o papel do instituto no fortalecimento dessas articulações sociopolíticas.

Dentro dessa produção a revista fez questão de salientar que os movimentos que eram nascentes, abriam caminhos e conquistas para uma comunidade que sempre foi negada histórica e juridicamente e assim:

A existência atual de agrupamentos negros no campo e na cidade provoca a revisão da história cearense e expõe uma parte das formas de associação de um dos mais importantes grupos formadores da Nação brasileira. E, enquanto insistimos na presença negra, um conhecido refrão da propaganda política cearense exaltava o “galeguinho dos olhos azuis” (Boletim Raízes, 1998, p.4)

Com essa afirmação, eles também denunciavam um projeto de política que insistiam na não existência dessas comunidades. Pois “as necessidades ideológicas dos grupos dominantes de um credo no universalismo e na modernidade criam visões conflitantes com as do particular, do localizado, do regional e do étnico” (Cunha Jr., 2001, p.13). Fazendo com que essas comunidades fossem apagadas da história, mas que dentro desses debates procuraram construir suas pluralidades. É importante salientar que a indicação dessas fontes não deve transparecer que teremos acesso direto às vozes. São fontes interessadas e em situações peculiares, as fontes são reveladoras do passado vivido, ainda que produzidas sob certos interesses (Ginzburg, 1989. p. 169-178). No qual, para interpretarmos essas fontes, nos utilizamos do método do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg, no qual está envolto no princípio de que apesar de a realidade se apresentar ilegível em alguns aspectos, ela pode ser decifrada através de determinadas pistas, rastros ou indícios, nos dando a possibilidade de observação através das relações entre razão, sensibilidade, natureza e cultura, em que assumindo um estatuto frágil, seja possível obter resultados relevantes (Ginzburg, 1989. p. 169-178).

Dessa maneira, buscamos analisar as fontes no “sentido de percebermos os indícios que nos remetem uma ferramenta de combate nas produções do IMOPEC” (Sales, 2018, p.223). Nas narrativas sobre a população indígena, negra e quilombola do Ceará, o IMOPEC cobrava visibilidade, superação das desigualdades sociais e alcance de direitos. Ao longo das publicações, referências à memória social e a construção das identidades negras e quilombolas foram constantes, bem como suas tomadas de iniciativas e movimentos sociais. O mesmo ocorreu com os povos indígenas, várias vezes noticiados no boletim Raízes e refletidos nos textos acadêmicos da Revista Propostas Alternativas.

Desde as primeiras publicações do IMOPEC, as questões étnicas e culturais das populações negra, quilombola e indígena cearenses foram refletidas, uma vez que o instituto surgiu dos movimentos sociais (Sales, 2018; Santos, 2019). Logo, os processos de afirmação étnica foram cruciais para o IMOPEC, não apenas como um objeto de publicação. O instituto foi um sujeito ativo nas lutas, participando dos processos de afirmação étnica e reivindicações de direitos sociais, culturais, políticos, enfim, humanos.

Com isso, a publicação, a difusão e os usos dos seus resultados em ações educativas se tornaram ações voltadas à construção de uma “nova consciência multicultural” (Ribard, 2008). Cada ação voltada para a produção e os usos de conhecimentos sobre História e cultura indígena e afro-brasileira nas práticas educativas é importante para a construção de uma postura multicultural, ou seja, um posicionamento ético e político de valorização da vida e da dignidade humana (Moreira, Candau2013).

Nas páginas das publicações, a memória aparece como uma construção social, individual e coletiva, marcada pelas dimensões das subjetividades, vivências e das relações de poder que tentam estabelecer o que deve ser lembrado e/ou esquecido. Logo, ela apresenta relação direta com a construção da identidade social e transformações políticas. A memória, identidade e movimento social constitui a base que fundamenta e dá sustentação às ações do Instituto. Assim, esses sujeitos, se fazem e refazem, lembrando seus feitos, suas ações e construindo um sentimento de pertencimento e identidade coletiva e individual.

Evidenciar um lugar de memória como é colocado por Nora “O lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo (...) mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (1993, p.27)”. Foi assim, que as memórias dessas comunidades e seus movimentos, conseguiram assegurar a sua existência, dando significado a elas.

Nosso estudo também destacou as publicações dos anos de 1993, em seu 6º número, o qual dedicase especificamente à questão negra. Essa temática foi retomada em 1995 (nº 13 e 15), 1997 (nº20 e 22), em 1998 (nº25), como já colocado aqui e no ano de 2002 com o número 39.

Através desse material, é possível analisar como eram as lutas e representações das populações negras apresentadas, bem como seus enfrentamentos perante as desigualdades sociais. Em 2002, nas vésperas do pleito eleitoral, o IMOPEC publicou o número 39 do boletim Raízes com o título “Ceará

também é negro”. Tal publicação lançou um reclame, indagando nas páginas iniciais do boletim, quais os projetos políticos voltados às demandas dos negros e das negras cearenses. Os dois primeiros parágrafos daquela publicação descreveram:

Com esse número de Raízes, o IMOPEC dá prosseguimento ao seu projeto de abrir espaço aos grupos sociais, povos e às etnias relegados ao esquecimento ou apagamento de nossa História. Dedicamos ao povo negro este número 39, que traz ao debate público questões como preconceito e invisibilidade, sem omitirmos a sua trajetória no Ceará (IMOPEC, 2002, p.1).

A partir daí, podemos pensar no quanto a população negra no Ceará foi inviabilizada e apagada da memória, levando a um grupo em específico, dizer que não existia negro no Ceará. Por outro lado, o IMOPEC, traz essa visibilidade e nos mostra o quão errado estavam, os pesquisadores e a elite da época. Trazendo à tona um povo, que foi negado, mas não apagado, que permaneceu.

Considerações finais

Como destacou a historiadora Ana Cristina de Sales, já mencionada anteriormente, a atuação do IMOPEC enquanto ONG desenvolveu-se a partir das limitações do poder público em alcançar as diversas camadas da população, frequentemente invisibilizadas e relegadas a um espaço social marginalizado na história. Assim, a instituição configurou-se como um importante campo de aprendizado, especialmente nos processos formativos e educativos.

Essa pesquisa se mostra relevante por dar visibilidade a um veículo de comunicação que atuava à margem e de forma independente dos poderes públicos. Em sua última edição, o IMOPEC evidenciou as dificuldades enfrentadas pela imprensa independente e, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, encerrou suas atividades em 2015. Nesse sentido, estudos como este tornam-se essenciais no contexto brasileiro, sobretudo no âmbito da iniciação científica, pois contribuem para o fortalecimento da pesquisa nacional, valorizando experiências locais e ampliando a compreensão sobre as diversas formas de produção de conhecimento e comunicação social.

Referências bibliográficas:

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. **Africanidade, afrodescendência e educação**. 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em Debate**, Fortaleza, v.2, n. 32, pp. 5-15, 2001.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de (ORG.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mito, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, (1986).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (Orgs.). **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). Boletim Raízes. Fortaleza, ano 24, n.64, Jan./Jun.2015.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). Comunidades negras no Ceará. Fortaleza: IMOPEC, 1998.

MATTOS, Hebe (Org.). **História oral e comunidade: reparações e culturas negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

NUNES, Cícera. **O Reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da História e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei no 10.639/03**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Centro de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

RATTZ, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: **A problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, dez 1993. _____. Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, jun. 1989.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas**. Ethnos, Recife, v. 2, n. 2, p. 21–44, 1998.

RIBARD, Franck. **África, Mãe negra do Brasil ou apontamentos para uma nova consciência multicultural**. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (Orgs.). **Emtempo: História, memória, educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 201-215.

RIBEIRO, Luisa Ferreira; SOUZA, Manuel Macedo de; BARROS, Francisco; HATJE, Vanessa. **Desafios da carcinicultura:** aspectos legais, impactos ambientais e alternativas mitigadoras. Revista de Gestão Costeira Integrada – Journal of Integrated Coastal Zone Management, Lisboa, v. 14, n. 3, p. 365-383, 2014.

RIBARD, Franck. **O ensino afro-brasileiro e a busca de um futuro para a sociedade.** Documentos, Fortaleza, v.7, p. 9-12, 2009.

SALES, Ana Cristina. O Instituto da Memória do Povo Cearense: patrimônio cultural e ação coletiva (1988-2015). In: VIANA, José Ítalo Bezerra; SANTOS, Joaquim dos (Org.). **Ceará de Norte a Sul:** culturas e sujeitos na história. 2ed.Curitiba: CRV, 2023, v. 1, p. 15-293.

SALES, Ana Cristina de. O Instituto da Memória do Povo Cearense: uma ferramenta de combate? **Anais do XVII Congresso de História da Educação do Ceará.** Fortaleza, v.1, 2018, pp. 221-229.

SANTOS, Joaquim dos et al. Ensino de história para que(m)? O IMOPEC e a educação patrimonial no Ceará. In: **Educação no século XXI:** História. v.25. Belo Horizonte: Poisson, 2019, pp.18-24.

SOARES, Nádja Maria de Moraes. **Catálogo de publicações do IMOPEC.** Fortaleza: IMOPEC, 2005.